

SESSÕES DO PLENÁRIO

9ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 18 de fevereiro de 2014.

PRESIDENTE: DEP. ROSEMBERG PINTO *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (53)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Deputado Mário Negromonte Júnior, comunicando sua ausência da sessão no dia 06/02/2014, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem do meu querido deputado Carlos Gaban.

O Sr. Gaban:- Minha questão de ordem é em dois sentidos, Sr. Presidente. É apenas para, mais uma vez, esclarecer que o requerimento que V.Ex^a acaba de ler não tem nenhuma validade em termos de abono no caso de uma ausência. O parlamentar apenas dá uma satisfação, mas não tem previsão, não só no Regimento Interno da Casa, como também na Constituição do nosso Estado.

Então, é apenas para esclarecer que muitos Sr. Parlamentares ainda confundem quando fazem uma comunicação dizendo o motivo pelo qual se ausentaram da sessão. As ausências só podem ser justificadas e as faltas só podem ser abonadas em dois casos: primeiro, por missão oficial a serviço da Assembleia Legislativa, devidamente aprovada pelo Plenário da Casa.

A segunda justificativa para abonar uma falta é no caso de atestado médico, que deve ser submetido a três profissionais da Casa, que vão definir o tempo de afastamento dos Srs. Parlamentares. Fora desses duas situações, previstas tanto na Constituição quanto no Regimento, é apenas uma comunicação que não tem nada a ver com abono de faltas.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Deputado Carlos Gaban, é real o que V.Ex^a levanta. Regimentalmente, são essas as duas condições para que as faltas possam ser abonadas. Na realidade, os deputados criaram o rito apenas de informar para não parecer que eles faltaram por deliberação pessoal, mas sim por conta de atividades parlamentares que eles estão realizando em suas bases eleitorais.

Por isso tenho a tese, que deveríamos debater depois, talvez, que é priorizar um pouco mais esses debates em comissão. E numa discussão do Regimento fazer com que as sessões ordinárias durem um tempo menor, para que possamos priorizar debates em comissão e permitir, também, as diversas atividades parlamentares extra Assembleia.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Pois não.

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente, V.Ex^a mais uma vez toca num assunto de suma importância. Qualquer Parlamento só é forte se as comissões temáticas forem fortes. Esse é um tema que temos de aprofundar no debate nesta Casa. Não é esse governo de Wagner, que está no último ano, porque a Constituição só permite uma reeleição. Então, não é um problema partidário, é um problema da racionalidade. Temos de esquecer, às vezes, algumas posições político-partidárias. Esse é um tema de fortalecimento do Legislativo. Quantas falhas já foram cometidas aqui exatamente pelo fato de os projetos não passarem pelas comissões temáticas, onde deveriam ser apreciados, debatidos.

Baseado no que V.Ex^a está falando, depois de 2 anos a OAB parece que acordou para ver a inconstitucionalidade de um projeto votado há 2 anos, que foi a cobrança da taxa de incêndio. Só agora a OAB viu que é inconstitucional?! Por quê? Porque não tem divulgação, e assim, provavelmente, ninguém sabe o que se passa nesta Casa. Os projetos vêm diretamente para o Plenário, não há discussão, os segmentos organizados da sociedade não podem se manifestar. Nós, parlamentares, independentemente de partido, não podemos dar a nossa contribuição para enriquecer

o debate. E quem perde? O Parlamento, por não haver discussões que fariam a sociedade vir para cá; e perde também o Poder Legislativo. Mais uma vez V.Ex^a está coberto de razão. Acho que temos, de maneira suprapartidária, de estimular o debate nesta Casa.

Dou um exemplo: a comissão suprapartidária, que é uma CPI, na realidade, da CPI da Telefonia: o seu presidente é Paulo Azi do DEM; o relator é o deputado Joseildo Ramos do PT. O trabalho é maravilhoso e bem estruturado. É uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Meu caro presidente Rosemberg, acho que V.Ex^a poderia até participar, porque V.Ex^a é, extremamente, atuante e leva a sério as suas atividades em comissões. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito dará resultado, como todas as outras poderiam dar. Mas esta é uma demonstração clara de que quando o Parlamento quer trabalhar, trabalha e vai apresentar resultado quando a gente faz as coisas de maneira correta.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Dando continuidade ao Pequeno Expediente, com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Carlos Gaban.

O Sr. GABAN:- Minha querida deputada, Srs. Parlamentares, é uma sensação estranha, meu caro presidente Rosemberg, falar para um Plenário com, apenas, três parlamentares presentes além de V.Ex^a, naturalmente, que preside esta sessão.

Isto mostra o desinteresse da Casa. Este é ano eleitoral. E os queridos deputados não se preocupam com a imagem deles. Em plena terça-feira, este plenário deveria estar, não digo à unanimidade dos Srs. Parlamentares, com um número razoável de parlamentares. No entanto, há, apenas, agora, com a presença do deputado Aderbal, quatro parlamentares apenas. Isso é triste.

Se as comissões não funcionam, o Plenário não funciona. Para que existir o Legislativo?

Mas, enfim, cada um sabe, pois cada um tem maioria, sabe o que está fazendo e sabe que a sociedade nos acompanha. Temos, aí, a *TV Assembleia* que deve estar filmando. Espero, até, que se filme o Plenário vazio para que alguns acordem.

Hoje, meu caro deputado Rosemberg – felizmente V.Ex^a não estava lá na Comissão de Constituição e Justiça –, atropelaram o Regimento Interno em três oportunidades.

Quanto à primeira oportunidade, não souberam contar o prazo estabelecido para poder tramitar uma PEC na Casa para a apresentação de emendas. São dez dias corridos. Quando foi pedido o regime de urgência, reduz-se o prazo pela metade. Aliás, não cabe regime de urgência em relação à PEC, mas, sim, prioridade. Reduziu-se o prazo para cinco dias.

O prazo, para apresentação de emendas, encerrou-se dia 14, sexta-feira passada. E, na própria sexta-feira, ainda se podendo apresentar emendas

parlamentares à PEC, publicou-se, de maneira irregular, o relatório apresentado pelo parlamentar designado para esta tarefa. Nesse dia, já foi publicado no Diário Oficial.

Não se contou o prazo. Esqueceram-se. Atropelaram o Regimento Interno. Se o prazo para a apresentação de emendas terminava na sexta-feira, dia 14, como o relator já manda publicar em Diário Oficial o texto de um relato de uma coisa que poderia acontecer? Atropelou. O Regimento é muito claro. Depois dos dez dias corridos, melhor, no caso específico, depois de cinco dias corridos, no dia posterior quando se acaba o prazo é que se pode publicar o relatório.

Este foi o segundo atropelo comandado pelo Líder Zé Neto.

Confesso-lhe, deputado Zé Neto, que foi a primeira vez que eu quis e desejei, não pelo ponto de vista legislativo, que é triste para Casa, mas depois de ouvir o deputado Zé Raimundo dizer que o Parlamento existe e que o direito da Maioria tem de ser respeitado, eu esperava outra posição. Entendeu, deputado Rosemberg? O deputado Zé Raimundo é de seu partido, do PT.

Bem, ele deu um escorregão hoje. Eu acho que está envergonhado até agora, porque caiu a máscara.

Diz-se que o direito da Oposição não pode ser respeitado no Parlamento, mas, apenas, o direito da Maioria; que o Regimento tem de ser para a Maioria e não para a Minoria. Ao dizer isso, acabou-se com a democracia e desrespeitou o direito de a Minoria se manifestar.

Há outro atropelo cometido contra o Regimento Interno que eu não mencionei até agora. Qual foi o atropelo? Quando se tem matérias tramitando, elas tramitam na Casa pela prioridade da data de entrada. O governo comeu mais uma das inúmeras moscas que já anda comendo. Ele esqueceu que tinha projetos tramitando. Especificamente na Comissão de Constituição e Justiça, um que estava precedendo o da PEC. Caberia no início, estimulado por um parlamentar, meu caro presidente, ter pedido a inversão da votação, a prioridade. Ou então o próprio presidente da CCJ poderia propor isso. Não fez. Esqueceu. Quando questionado, atropelou o Regimento. Por último, como não se pode ter nenhuma Comissão Temática da Assembleia funcionando no horário regimental das 14h45min., ele se considerou como presidente do Poder Legislativo porque adiou, interrompeu o funcionamento de uma Comissão Ordinária convocando a mesma para funcionar 15 minutos após o encerramento desta sessão.

A atribuição regimental, meu caro Líder Zé Neto, para convocar uma sessão ou suspendê-la para funcionar depois do horário regimental cabe ao presidente do Poder Legislativo, e no Plenário ele pode fazer isso. Comissões tinham que encerrar. O próprio presidente da Assembleia convocaria uma sessão extraordinária para amanhã, porque para esta terça-feira também não poderia mais, pois teria de publicar a convocação hoje no Diário Oficial.

Concluindo, meu caro presidente, felizmente V.Ex^a não estaria lá, porque é um regimentalista e ficaria triste de ver aquilo.

Agora, deputado Zé Neto, eu gostaria que o governo continuasse a atropelar a Oposição como tem atropelado, porque hoje nos deu argumento para pedirmos

judicialmente a interrupção da tramitação da PEC por não cumprir o que determina o Regimento desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, peço esta questão de ordem para que seja feita a verificação de quórum dos Srs. Deputados para a continuidade da sessão.

Antes, porém, eu queria lembrar a V.Ex^a que convido os deputados que hoje estão na Casa para que se façam presentes à Comissão de Constituição e Justiça, já que ela continuará os seus trabalhos 15 minutos após o encerramento da presente sessão.

Portanto, desde já fica requerida a presença dos Srs. Deputados e das Sr^{as} Deputadas que compõem a CCJ da Assembleia Legislativa para que possam dar a devida frequência logo após o encerramento desta sessão.

Quero ainda dizer que me chegaram ontem sobre proventos do Executivo alguns dados que dão conta duma situação que precisa ser esclarecida do ponto de vista das ocorrências que se dão, em função da necessidade que nós temos hoje de solicitar a antecipação dos *royalties* do petróleo.

Aqui há um breve estudo que coloca em 1999 o Funprev com R\$ 1,063 bilhão de reserva, cerca de R\$ 2,5 bilhões em valores presentes. Naquele período, foram R\$ 400 milhões da privatização da Coelba, R\$ 450 milhões da antecipação da pretendida privatização da Embasa e o aporte de bens transferidos diretamente do extinto IAPSEB.

A Lei nº 7.483, do Poder Executivo, autoriza a destinação de recursos oriundos da privatização da Embasa para capitalização do Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – Funprev – a mais tarde, em 2001, já há uma exaustão da totalidade desses recursos. O déficit acontece em 2006, com R\$ 343 milhões, cujos fatores são a decisão sem estudo de transferência de uma única vez de todos os aposentados para o Funprev e a inexistência de ação técnica significativa para atenuar esses gastos. Houve realmente uma grande dificuldade daí para frente. Nós iniciamos o governo com um déficit da ordem de R\$ 340 milhões e 360 mil e, hoje, já estamos em torno de R\$ 2 bilhões e 360 milhões. Em 2005 é de R\$ 307 milhões; em 2006 chegou a R\$ 383 milhões aproximadamente e, hoje, já estamos com um déficit da ordem de R\$ 2 bilhões e 360 milhões. Esse é um problema que tem que ser tratado com responsabilidade.

A Oposição coloca que há, por parte do governo, uma antecipação de problemas futuros, mas quero lembrar a Oposição que nós todos – todos nós – temos ciência de que esse assunto deve sim ser tratado com toda a sapiência, até porque, deputado Gaban, quando entramos no governo, inclusive, V.Ex^{as} tinham pago quatro prestações da devolução dos recursos da Embasa. Nós pagamos todas as demais até maio de 2010. Era um ônus de governo para governo.

Chegamos ao governo e tínhamos 1,5 de comprometimento de dívidas que

V.Ex^{as} da RCL tinham contraído, algumas de dez anos, de quinze anos, de vinte anos, de oito anos, e tivemos que pagá-las. São comprometimentos de governo para governo, então, não há nenhuma situação difícil. Difícil é a situação da Previdência. Começamos o governo com uma média de proventos médio de R\$ 1.502,00. Hoje, a média de proventos está em R\$ 3.074,00, em 2013, e isso tudo vai trazendo, evidentemente, maiores custos para a Previdência.

A média de aposentados tem crescido. Os professores universitários saíram de R\$ 3.300,00 para R\$ 8.600,00. O soldado se aposentava com o salário médio de R\$ 1.300,00 e hoje se aposenta com R\$ 2.780,00. Um médico que ganhava R\$ 1.396,00, em dezembro de 2006, hoje está se aposentando com R\$ 4.306,00 para 20 horas. Um delegado, R\$ 4.772,00, hoje ele se aposenta com R\$ 11.353,00. O agente de escrivão de Polícia, R\$ 1.309,00 e hoje foi para R\$ 2.905,00.

O crescimento foi extremamente acentuado e isso, evidentemente nos traz a responsabilidade como governo mas como Estado, principalmente, de termos consciência do que estamos a construir. Seja qual for o governo que venha à frente terá, como já delimitamos, a responsabilidade de tocar esse projeto de resolver esse problema que tem preocupado extremamente não só o Brasil, não só os Estados, mas o mundo de forma geral. Claro que V.Ex^{as} fazem o jogo da Oposição. É compreensível e nós respeitamos isso, mas tenhamos consciência também de que essa situação urge, e não é uma resolução definitiva com relação à Previdência. É uma resolução paliativa a que caberá, fora deste processo eleitoral, acredito que todos tenham de sentar à mesa, chamarmos as instituições, chamarmos as representações sindicais e exercermos o poder do diálogo para que tenhamos solução adequada para essa que, sem nenhuma dúvida, é uma das mais graves preocupações do poder instituído no mundo. De um lado é uma coisa positiva, as pessoas vivem mais, estão recebendo mais do poder público e obviamente isso “engorda”, acresce o volume de recursos que são necessários para dispor dessas aposentadorias.

Assim, precisamos sentar à mesa com tranquilidade. Haveremos de passar esse momento de tensão, natural do processo democrático, mas teremos, sim, no momento correto, mais lá adiante, talvez, não muito adiante, porque não temos muito tempo a perder, sentarmos todos com essa responsabilidade. Tenho certeza de que, da nossa parte, teremos boa vontade para encontrarmos saídas.

O Sr. Gaban:-Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro deputado Zé Neto, eu, particularmente, fico extremamente satisfeito quando vejo alguém do governo, sobretudo V.Ex^a, apresentar dados. Eu acho que Parlamento é isso. É como V.Ex^a termina sua fala e diz que precisamos sentar, independentemente de posições partidárias, e ver as soluções.

Essa PEC foi sugerida por mim quando da vinda do secretário Manoel Vítório. Ele solicitou: “Poxa, a Oposição só vem aqui criticar, a situação financeira do Estado todo mundo conhece, quero receber sugestão.” Aí eu dei a sugestão dessa PEC. Mas o governo, infelizmente, aproveitou a sugestão dessa PEC para antecipar recursos lá na

frente.

O que fico triste, deputado Zé Neto, é que se o governo está tão consciente dos números que V.Ex^a apresentou de maneira extremamente rápida – e não poderia ser diferente em apenas 5 minutos –, se tivesse plena consciência... Por que o secretário da Fazenda, em vez de fazer uma explanação, deputado Rosemberg, somente para Bancada do governo a fim de passar elementos para tentar justificar, não veio hoje aqui a esta comissão? Hoje ou antes. Para ter um acordo, ele deveria vir antes à Comissão de Constituição e Justiça, onde faria essa explanação e mostraria esses vários gráficos que estou vendo ali para serem debatidos com os deputados. Se o governo tem plena consciência disso, por que não?

Nunca a Oposição disse que esse déficit previdenciário foi só deste governo. É óbvio que este governo contribuiu, e muito, para isso. Por quê? Porque o equilíbrio que se dá entre as contas é quando você tem a proporcionalidade, o mesmo número de pessoas ativas e inativas. A população, digamos, de funcionários públicos do Estado que está se aposentando está crescendo, e muito. Por quê? Porque vários governos, e este sobretudo, optaram pelos REDAs, pelos PSEs, não contrataram mais ninguém, então a massa ativa ficou desse tamanho e a massa inativa cada dia aumentando mais. E os próprios números que o deputado Zé Neto apresenta aqui comprovam, mas deveríamos debater isso com o secretário da Fazenda numa discussão aberta, já que ele quer debater o rombo da Previdência.

Isso fica mais gritante, meu caro deputado Zé Neto, quando nós participamos, eu e V.Ex^a e um deputado cientista que retornou a casa agora há pouco tempo, participamos de uma reunião com o subsecretário de Planejamento, com dois técnicos dessa Secretaria e definimos, meu caro deputado Rosemberg, que as emendas impositivas saíam da Fonte 00, que é a fonte de arrecadação do Estado. De última hora veio uma determinação esdrúxula de quem não tem compromisso com o funcionário público inativo e se tira 75 milhões do Fundo de Previdência. Pelo amor de Deus! Se está quebrado, por que se tira de onde está quebrado? É para aumentar o rombo?

Então, é uma irresponsabilidade, desculpem-me se o termo estiver muito pesado, é uma falta de compromisso com aqueles que dedicaram a sua vida ao serviço público e agora, quando estão aposentados, correm o risco de não receber o seu provento. É por conta do governo Jaques Wagner, que aumentou o número de REDAs, aumentou o de PSEs, e tira da emenda impositiva 75,6 milhões do Fundo da Previdência. Se está arrombado, como é que você vai tirar dinheiro de onde tem um rombo?

Finalizo dizendo que poderia o secretário da Fazenda ter vindo fazer a explanação. Se ele tem consciência do que está dizendo, e acredito que tenha, podia ter feito a explanação para a comissão, para o Plenário desta Casa para debater de maneira aberta. Porque nós aproveitaríamos, meu caro presidente, para perguntar para ele: “Cadê a URV que Wagner prometeu para todo funcionário público? Já temos jurisprudência. Cadê o respeito à Lei 6.677, que determina a data de reajuste de salário do servidor público do Estado da Bahia como sendo 1º de janeiro? Estamos

encerrando fevereiro, já não tem mais nem tempo de fazer a folha de fevereiro com reajuste, e nem sequer o governo mandou a Mensagem.

São esses questionamentos que nós poderíamos aproveitar e fazer ao secretário da Fazenda. Perdeu a oportunidade o secretário, se tem convicção do material que entregou numa reunião da Bancada do governo, de fazer o debate com o Plenário desta Casa, que era o nosso desejo e assim é que deve agir um governo transparente.

O Sr. PRESIDENTE (Rosemberg Pinto):- Ok, deputado Gaban.

Não havendo número suficiente para a continuidade da presente sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*